

## REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TERESINA: SÉCULO XXI

**Lívia Maria Macêdo Santos, Alcília Afonso, Valério de Araújo Silva, Pamela K. Ribeiro Franco Freire**

Universidade Federal do Piauí. UFPI

E-mail: [lvamsantos@hotmail.com](mailto:lvamsantos@hotmail.com)

[kakiafonso@hotmail.com](mailto:kakiafonso@hotmail.com)

[valerioas@gmail.com](mailto:valerioas@gmail.com)

[pamelarfranco@gmail.com](mailto:pamelarfranco@gmail.com)

### RESUMO

"Requalificação do centro histórico de Teresina: século XXI" é o título deste artigo que possui como eixo temático na proposta deste evento as discussões sobre as relações existentes entre patrimônio e paisagem na cidade. A abordagem inicial trata da evolução do processo de urbanização da cidade de Teresina, com a discussão dos eixos de crescimento e dos planos de desenvolvimento urbano adotados pelo gerenciamento municipal. Seu enfoque principal se sustenta nas ações realizadas e nos crescentes debates a cerca da situação atual em que o patrimônio público municipal se apresenta, com seu posicionamento em relação aos atores envolvidos e sociedade em geral.

**Palavras chaves:** patrimônio, paisagem urbana, Teresina

### ABSTRACT

"Redevelopment of the historic center of Teresina: XXI Century" is the title of this article that has as main theme of this event in the proposed discussions on the relationship between heritage and landscape in the city. The first approach deals with the evolution of the process of urbanization of the city of Teresina, with discussion of the axes of growth and urban development plans adopted by the municipal management. Its main focus is maintained on the actions taken and the growing debates about the current situation in which the municipal heritage is presented with its positioning in relation to stakeholders and society in general.

**Key words:** heritage, urban landscape, Teresina

## **1 INTRODUÇÃO**

Teresina, cidade fundada em 1852, planejada para ser capital do estado Piauí, possui uma condição complexa e frágil do trato com seu patrimônio, por concentrar em seu sítio histórico, área central da cidade, um intenso uso comercial e de serviço, com alta demanda para abrigar veículos, ocasionando intervenções negativas e irreversíveis nos bens patrimoniais, frutos do conflito entre preservação e desenvolvimento econômico. Tal condição é resultante de uma transposição do uso residencial para comercial, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, quando a cidade se expandiu para a periferia através da criação de grandes bairros residenciais.

Como objeto de estudo, será exposto o caso das intervenções que vêm sendo realizadas no processo de requalificação do Centro histórico de Teresina, capital do estado do Piauí, nordeste brasileiro, que possui apenas 161 anos de fundação. O trabalho faz parte de projeto de investigação desenvolvido pelo Grupo Amigos do Patrimônio Cultural, cadastrado no CNPQ e na UFPI, coordenado por docente vinculada ao programa de pós graduação em História do Brasil, linha história e cidade, da UFPI e ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da UFPI. Atualmente, o projeto desenvolve uma parceria com outras faculdades que possuem o curso de arquitetura, como o Instituto Camillo Filho e a Novafapi, fortalecendo a equipe de pesquisa e investigação, além de produção bibliográfica; a Prefeitura Municipal de Teresina, no sentido de colaborar como extensão, das pesquisas realizadas; e com o Sindicato dos lojistas (SINDILOJAS-PI), instituição que vem reivindicando do poder municipal, ações práticas e ágeis para a problemática local. Como forma de servir de interlocutor entre os distintos atores envolvidos neste processo, foi criado um Grupo de trabalho patrocinado pelo município, que entre as suas atividades, tem prioridade as intervenções no processo de requalificação da área central da cidade.

Assim, o objetivo deste artigo é expor as ações desenvolvidas no processo de requalificação da área central de Teresina, que funciona tanto como centro histórico, como também, centro comercial. A diversidade de atores públicos (União, Estado e Município) e privados (sociedade civil, comunidade, frequentadores, empresários, pequenos comerciantes), a dinâmica urbana e as vulnerabilidades identificadas demandam o estabelecimento de um pacto pela gestão compartilhada deste espaço que vem sofrendo descaracterizações, tanto no seu ambiente natural, quanto no ambiente construído que compõe o seu conjunto.

## **2 HIPÓTESES**

Alguns questionamentos foram levantados para nortear a construção das hipóteses de investigação. Levantou-se inicialmente a seguinte pergunta chave: O que está sendo feito pelo Patrimônio Cultural da cidade de Teresina?

Logo após procurou-se saber quais seriam os autores envolvidos diretamente com o Patrimônio Cultural em Teresina e se existe alguma parceria público/privado visando intervenções e melhorias no Centro Histórico da cidade.

Adiante foi necessário investigar se a população está sendo envolvida nessas discussões a respeito do Patrimônio Cultural a fim de concluirmos a investigação.

## **3 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa realizada, que resultou neste texto ora apresentado, se trabalhou com uma metodologia baseada nos conceitos de Serra (2006), que em seu livro “Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo/ Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação” fundamenta a análise de componentes arquitetônicos e urbanos em sistemas e processos.

Serra trabalha com os conceitos de processo e sistemas, entendendo-se por processo, “o modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo”. (Serra, 2006:72) e por sistemas, “um conjunto de objetos entendidos como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros” (Serra, 2006:70).

Nesta pesquisa considera-se o centro histórico de Teresina como um sistema procurando compreender os processos pelos quais ele passou ao longo dos anos.

## 4 CASO

### 4.1. Referencial Teórico.

Cabe-se explicar qual a melhor alternativa operacional a seguir. Segundo a Carta de Lisboa (1995), em seu artigo 1º, Requalificação Urbana, já que corresponde à ações de possibilitem uma dada região desenvolver uma atividade a qual apresente potencial.

A expressão “patrimônio”, dentro da ideia contemporânea de preservação, encontra-se em desuso e tem dado lugar a expressão “patrimônio cultural”. (Lemos, 1985:8). A ideia de patrimônio cultural termina por corresponder a um conceito mais amplo de patrimônio, que engloba além dos recursos da humanidade, os recursos naturais. Para Lemos: “o conceito de patrimônio abrange não só os elementos relacionados ao passado, mas também à própria criação e ao desenvolvimento de técnicas, como elementos construtores do futuro”.

Nesse sentido, deve-se ratificar que durante a evolução deste referencial se utilizará a perspectiva de patrimônio no seu conceito mais abrangente, tornando a presença do termo patrimônio cultural mais efetiva, sob a definição: Patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de um povo, que são portadores de valores que podem ser legados a gerações futuras. É o que lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. (Iepha, 2013)

O conceito de paisagem foi trabalhado por Ribeiro (2007) demonstrando que o mesmo possui diversos condicionantes, estando sempre passando por constantes mudanças em suas definições. O conteúdo da paisagem pode ser encontrado em qualidades físicas da área que são importantes para o homem, bem como, nas formas do seu uso, em fatos de base física e da cultura humana. Os aspectos históricos, sociais, ambientais e culturais, são constantemente relacionados entre si, para a sua compreensão.

### 4.2. Transformações urbanas da cidade e do bairro centro.

A cidade de Teresina foi criada em 1852 devido ao processo de transferência da Capital do estado do Piauí da Cidade de Oeiras para uma região que atendesse melhor às necessidades político administrativas do governo. O planejamento foi uma atividade marcante, já que esta foi a primeira Capital planejada do Brasil, seguindo orientações das cartas pombalinas, guiados pelo planejamento Português do séc. XII.

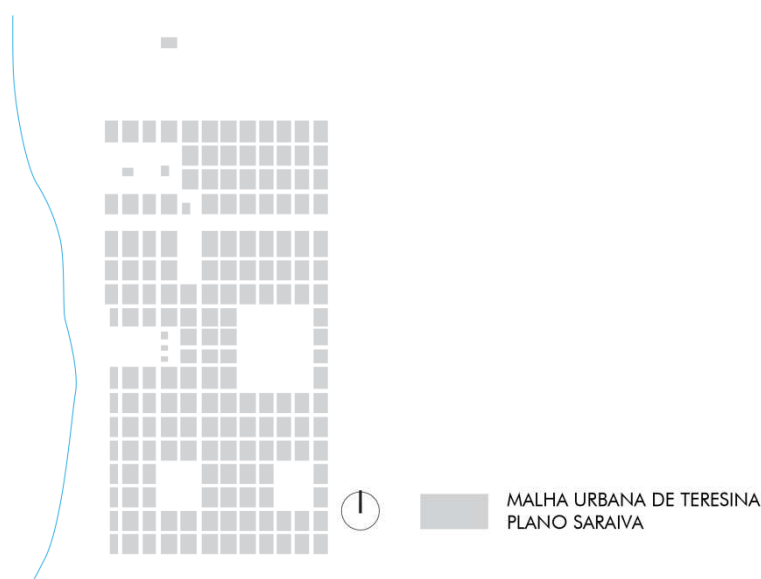
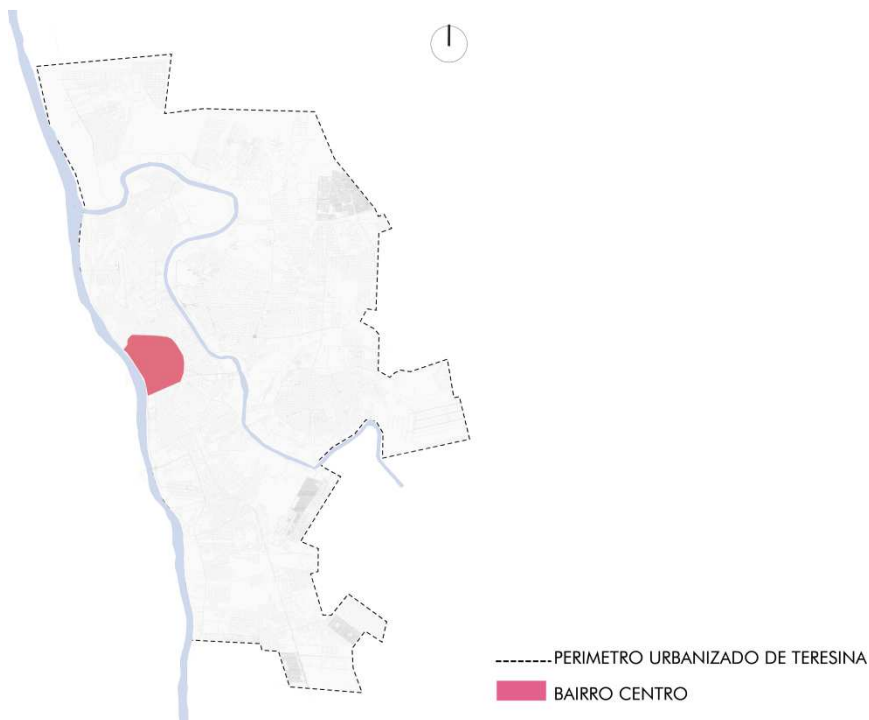
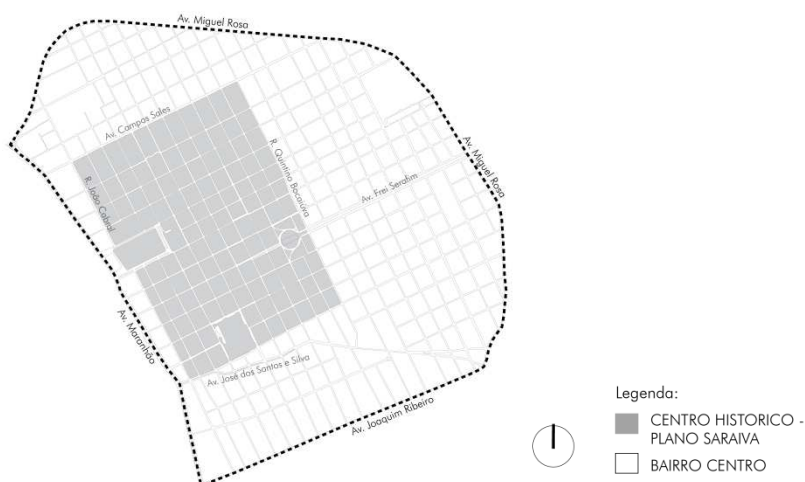


Figura 1: Mapa de Teresina. Fonte: PRODATER.



**Figura 2: Localização do bairro centro em Teresina. Fonte: PMT; Edição de imagem: Pamela Franco.**



**Figura 3: Parcela do plano Saraiva executada dentro do atual bairro centro. Fonte: PMT; Edição de imagem: Pamela Franco.**

Inicialmente uma cidade planejada, mas que foi crescendo e se desenvolvendo de maneira desordenada. No processo de crescimento da cidade, podem-se destacar dois momentos: o primeiro em que se destaca o crescimento da cidade dentro dos seus limitantes naturais, seguindo as direções Norte e Sul; e o segundo quando se é possível transpor essa barreira existente e o crescimento passa a acontecer também para o sentido Leste da Cidade.

Durante cerca de 100 anos, a capital, Teresina, permaneceu com um ar provençal, sem muitas evoluções urbanas. Mas se envolvendo no cenário nacional, com a política de Juscelino Kubitschek, cuja meta era que o Brasil crescesse “cinquenta anos em cinco”, a cidade foi sofrendo algumas interferências espaciais modificando a paisagem local. Foi nesse momento “que ações do Poder Público direcionado ao desenvolvimento e planejamento urbano patrocinaram obras de infraestrutura básica, como estradas, água, esgoto, energia e habitação popular”. (MELO e BRUNA, 2009)

Grande parte desse investimento foi resposta de uma demanda resultante do aumento populacional oriundo de fluxos migratórios para a Capital no final dos anos 1960, que gerou grandes conflitos urbanos numa cidade que não estava preparada para atender esse contingente. Para atender às novas necessidades e

solucionar os problemas urbanos surgidos nessa época iniciaram estudos para a elaboração do primeiro plano de ordenamento urbanístico. Foi então apresentado em 1969, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, desenvolvido pela COPLAM, empresa baiana. No entanto, a sua fraca aplicabilidade trouxe de volta uma fase de desordem na cidade.

Especialistas o avaliaram como sendo inadequado à realidade local, mas com ele surgiu a primeira lei de zoneamento da cidade, que não foi aplicada, exceto alguns projetos de infraestrutura urbana com pequeno implemento na melhoria do padrão de vida na cidade. (NASCIMENTO, 2010)

O segundo Momento esteve relacionado à construção da ponte em concreto sobre o Rio Poti, conhecida como ponte dos Noivos, em 1957, e a construção do Jóquei Clube e posteriormente, da Universidade Federal do Piauí em 1970, que possibilitaram a expansão da cidade para os limites a Leste. Concomitantemente, para os limites Sul grandes conjuntos habitacionais estavam sendo construídos, como Parque Piauí em 1968, Bela Vista I em 1976, Dirceu Arcoverde, antes Itararé, em 1977, e Saci em 1979. Isso se deve ao processo da política habitacional do Governo Federal, que teve sua propulsão marcada pela criação da COHAB-PI (Companhia de Habitação do Piauí) e aos grandes investimentos Federais no setor.

São construções, que hoje integram enormes bairros já incorporados ao tecido urbano, mas que na ocasião de sua construção estavam totalmente desconectadas da área urbana. Situavam-se em locais ermos e desérticos, formando verdadeiras cidades-dormitórios que foram implantadas a partir de terraplanagens excessivas, com graves danos ambientais. (MELO e BRUNA, 2009)

Devido a esse grande desenvolvimento de conjuntos habitacionais, em zonas periféricas, afastados da área urbana e com pouca infraestrutura, em 1979 foi elaborado o I Plano Estrutural de Teresina – I PET, pelo Instituto de Planejamento e Administração Municipal – IPAM em convênio com a UNB. Esse Plano além de fazer uma análise do PDLI, tratou também das questões de uso e ocupação do solo e do Código de Edificações do Município.

Em 1983, o I PET passou por uma revisão e como resultado teve início do desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, pela Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, mas que não foi concluído. Daí, em 1987, retoma-se a discussão através de um Seminário “Planejando Teresina” que nortearam a elaboração do II PET em 1988. Este esteve mais ligado ao desenvolvimento da cidade para a zona Leste.

Como reflexo desse direcionamento para uma determinada área, houve também uma valorização do local, que passou a atrair a Elite da sociedade. Conforme destacou Lima (2008), esse fato causou no Centro da Cidade um processo de desertificação habitacional e conseqüentemente o aumento das atividades comerciais que ocuparam as edificações existentes e ao longo dos anos foi provocando uma descaracterização do patrimônio construído.

Por tudo isso, o olhar da gestão pública se voltou para essa área onde se tiveram diversas ações voltadas para discussão do tema, mas pouca ação efetiva para solucionar os problemas de fato. Em 1989, foi organizado um Fórum sobre o Centro da Cidade de Teresina, o primeiro evento para discutir o tema que deveria ser inserido no planejamento urbano municipal. Com o agravamento da situação no Centro em 1997 foi feito o Segundo Fórum sobre o Centro da Cidade de Teresina, realizado pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SEMIC com grande participação da Câmara dos Lojistas – CDL.

Ainda no ano de 2000 desenvolveu-se o Plano de Ações para o centro para que houvesse uma valorização da área central da cidade, onde foram propostas Ações de Melhorias da Infraestrutura do bairro. Mas foi preciso ainda a realização do Congresso da Cidade em 2001, cujo tema também era o centro, para poder se aprofundar ainda mais nos estudos da área. Foi depois desse congresso que a PMT realizou um conjunto de ações efetivas para a concepção de um plano de desenvolvimento estratégico, com o envolvimento de diversos setores da população através da participação de entidades da sociedade civil.

Depois de uma no de estudos, em 2002, foi produzido o Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 que envolvia muitos aspectos que não só o Centro. Foram estabelecidos 16 eixos temáticos para debate mais específicos. O Grupo temático de Revitalização do Centro teve como coordenadora a arquiteta Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, que envolveu diversos setores sociais, para definir melhorias na qualidade de vida e apoio a ações voltadas para a revitalização do centro de Teresina.

Através de suas propostas, o grupo deu continuidade às propostas desenvolvidas pelo Plano de Ação para o Centro e tentou estimular parcerias entre agentes públicos e privados para a reconstrução da área e organização do setor comercial, proteção do patrimônio histórico e reabilitação da paisagem urbana. Dentre as propostas algumas foram realizadas ao longo dos anos, mas muito ainda precisa ser feito em relação a Requalificação do Centro e também para preservação do Patrimônio Histórico que muito tem sido degradado ou até demolido. Das ações efetivadas nesse período podemos citar as seguintes:

- O remanejamento dos vendedores ambulantes e construção do Shopping da Cidade para abrigá-los;
- A requalificação das Ruas Simplício e Álvaro Mendes e da Praça Rio Branco.
- As questões sobre transporte público na Praça Marechal Deodoro e Praça Saraiva;
- Restauração do Mercado São José (Mercado Central) – em desenvolvimento;

## DISCUSSÃO

A legislação municipal de Patrimônio e Tombamento (Lei nº 3.602), somente fora sancionada em 2006, porém de forma incompleta, com falhas e pendências; sobretudo pela não criação do Conselho Municipal de Patrimônio, que deveria discutir as intervenções, e a existência de um Departamento, órgão fiscalizador, com sérios problemas de recursos humanos. Estas fraquezas administrativas são resultado de um desinteresse de ordem política, que age aliado às vontades empresariais, muitas vezes em detrimento da necessidade pública. É consequência disto o “analfabetismo patrimonial”, que frequentemente levam às descaracterizações e até demolições das obras.

Em paralelo a essa situação, transcorre uma sequência de ações, realizadas desde julho de 2013, por meio da atual discussão acerca do patrimônio na cidade de Teresina. Sobre esse conjunto de ações, sabe-se que seu ponto de partida veio estimulado do apelo populacional, principalmente por meio das mídias sociais, diante da necessidade de políticas públicas relativas à proteção do patrimônio teresinense. O processo contou com reunião ocorrida na casa da Cultura de forma a suscitar a retomada do Inventário de bens culturais; em setembro de 2013, com a criação do Grupo de Projetos Estruturantes, que foi criado com o DECRETO No 13.593, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013, e possui como objetivos de sua criação, além da elaboração de Projetos Estruturantes, a Requalificação Urbana do Centro de Teresina, visando melhorias através de intervenções urbanas na paisagem, tais como projetos de desenho urbano, iluminação, sinalização e tráfego, interagindo com as Secretarias Municipais afins e entidades correlatas. Dentro da Requalificação Urbana do Centro de Teresina há a necessidade clara de preservação do patrimônio construído.

O grupo de trabalho de projetos estruturantes vem convocando diversos representantes como a Prefeitura Municipal, o Conselho de Arquitetura do Piauí, IPHAN-PI, a Comissão de Desenvolvimento e Patrimônio Urbano da OAB-PI, SINDILOJAS, além de universidades particulares (UNINOVAFAPI e CAMILO FILHO) e a Universidade Federal do Piauí. Essa reunião de pessoas e entidades públicas e privadas propõe os seguintes direcionamentos, entre eles:

1. Criação da Comissão interdisciplinar de preservação e resgate do patrimônio cultural de Teresina, como consta na Lei 3.602/2012.06 de Preservação e Tombamento com representantes da sociedade em geral, cuja função será a discussão de assuntos gerais ligados ao patrimônio, desde o tombamento de bens, sítios ate a revisão de leis relacionadas.
2. Criação de uma subcomissão responsável pela execução de uma revisão do texto da Lei de Patrimônio, no nível de conceitos, sanções e benefícios, a ser tramitada nas devidas instância, com o objetivo de revisão da Lei 3602/2006.

3. Efetivar e realinhar a recomendação da Gestão Compartilhada: IPHAN / FUNDAC / FMC / MINISTÉRIO PÚBLICO, conforme consta a Lei 3602/2006.
4. Desenvolvimento e conclusão do Inventário de Teresina
5. Criação de Equipes de estudo e discussão da Lei de Patrimônio, objetivando a ampliação e definição de conceitos e critérios, e compatibilização com as demais leis.
6. Envio de proposta do plano de revisão do Inventário Municipal de Teresina, sob a responsabilidade do arquiteto Olavo Pereira da Silva, a ser apresentada ao Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Planejamento.
7. Solicitação de fortalecimento da infraestrutura técnica e física da divisão de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Teresina.



Figura 4: Reforma do marco histórico Relógio da Praça Rio Branco, realizado pelo GPE. Fonte: GPE.

## CONCLUSÃO

Rogers (2001) relata que os habitantes das cidades estão se conscientizando e reivindicando os espaços públicos para o uso comum. Prefeitos mais sensíveis transformaram seus centros históricos em áreas de pedestres, redesenhando-os, através de ações radicais, desde Estocolmo até o caso internacionalmente conhecido de Copenhague.

Nas recentes postagens da urbanista e professora Ralquel Rolnik, há o direcionamento do olhar para as recentes ocupações das ruas brasileiras, desde São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Teresina, manifestações que reivindicam melhorias sociais e políticas, à ocupação de túneis e praças para intervenções artísticas, shows, chegando até aos cursos carnavalescos.

Como afirma Asher (2010) estamos em um período de transição, vivendo em uma sociedade onde o conhecimento e a informação fundamentam uma nova economia. A atração das jovens camadas médias e superiores torna-se assim um elemento central das políticas urbanas, que devem priorizar a qualidade de vida, os equipamentos educativos, a cultura, o lazer e ainda a imagem da cidade, visando o desenvolvimento local.

Deve-se salientar que a vida urbana necessita cada vez mais de espaços públicos dedicados às pessoas. A história e memórias das cidades devem ser resgatadas nesse processo atual de apropriação do espaço urbano.

## BIBLIOGRAFIA

ASCHER, F. (2010). *Os novos princípios do urbanismo*. Coleção RG bolso, volume 4. São Paulo, Romano Guerra.

S/A. (2007). *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*.  
<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/01/leipzig-charta-adr-pt.pdf>

UCHOA, G.; MACHADO, C.; MACEDO, L. ; ARAÚJO, V. (2012) . *O Centro de Teresina*. Avaliação dos Planos de Requalificação no Plano Teresina Agenda 2015. In: URBICENTROS#3 - III Seminário Internacional morte e vida dos centros urbanos, Salvador. Anais... Salvador: Latitude21.

NETTO, A.; ALVES, H. (2011) . Artigo: *A Paisagem Cultural e a Memória Urbana Geográfica: Breves Reflexões*. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011. Anais. Belo Horizonte.  
<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/cbbb547a9531fef85e796ce917e3eb21.pdf>.

HALL, P. (2011). *Cidades do amanhã- uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva.

IEPHA. (2011). *Sobre Cultura e Patrimônio Cultural*. Minas Gerais. Disponível em:<  
<http://www.iepha.mg.gov.br/sobre-cultura-e-patrimonio-cultural>> Acesso em: 11 jun. 2013.

LEMOS, C. (2006). *O que é Patrimônio Histórico*. (Coleção Primeiros Passos – 51). São Paulo: Brasiliense.

QUEIROGA, E. (2003). *Praças contemporâneas: o design na paisagem*. Paisagens em debate. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP - n. 01, dezembro 2003.  
<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2003Eugenio-Pracas.pdf>

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. (2001). *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

RIBEIRO, R.(2007). *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN.

ROLNIK,R.(2014). *Carnavalizar as ruas de São Paulo*.  
<http://raquelrolnik.wordpress.com/2014/02/27/carnavalizar-as-ruas-de-sao-paulo/> Consulta: 27/2/2014

ROLNIK,R.(2013) *Cidades Rebeldes*. <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/08/06/cidades-rebeldes/>  
Consulta: 27/2/2014

SERRA, G. (2006). *Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: EDUSP.

TERESINA. *Teresina em bairros*.  
[http://semplan.teresina.pi.gov.br:85/semplan/arquivos/the\\_bairros/Bairros\\_PDF/Bairro\\_Norte/Mocambinho.pdf](http://semplan.teresina.pi.gov.br:85/semplan/arquivos/the_bairros/Bairros_PDF/Bairro_Norte/Mocambinho.pdf) acessado dia 25/11/2013 horário: 10.45h